

Assunto: Pleno escolhe lista tríplice	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

DESEMBARGADOR

Pleno escolhe lista tríplice

O pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) encaminhou ontem para o governador Eduardo Campos (PSB) a lista tríplice para a escolha do novo desembargador da corte. Dos seis indicados para o cargo, o Judiciário estadual escolheu através de votação Daisy Maria de Andrade Costa Pereira (33 votos), Sueli Gonçalves (25 votos) e Evandro Magalhães (25 votos).

Um dos três vai ocupar a vaga criada através da Lei Complementar Estadual nº 235. A seleção, seguindo a ordem do Quinto Constitucional, aconteceu entre integrantes do Ministério Público de Pernambuco. Com a escolha do novo desembargador, o 2º grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros. O aumento no número faz parte do plano do TJPE de melhorar os serviços da Justiça.

Além dos três escolhidos, concorreram ao cargo José Lopes e Norma Mendonça, ambos com 13 votos conquistados, além de Mário Palha, que recebeu o apoio de sete magistrados. A sessão aconteceu na sala Desembargador Antônio de Brito Alves, no Palácio da Justiça, no Bairro de Santo Antônio. Quarenta desembargadores votaram em três nomes cada. A expectativa é que Eduardo Campos defina o nome ainda hoje.

Assunto: Nada de mandato para vereadores

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 21/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Nada de mandato para vereadores

Acusados de cobrar propina tentam derrubar segunda condenação, para voltar à Câmara de Caruaru

“

É preciso lembrar que há duas decisões em primeira instância. A liminar do TJPE, portanto, não garante o retorno dos vereadores”

José Américo Monteiro, procurador-geral da Câmara de Caruaru

Os dez vereadores afastados do cargo sob acusação de cobrança de propina para votar matérias do Executivo, em Caruaru, comemoram cedo demais a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinando o retorno deles ao cargo. É que o recurso impetrado pela defesa e acatado pelo desembargador Fausto Campos se refere apenas à decisão do juiz Francisco de Assis Moraes Júnior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru. Portanto, não anula a decisão do juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública, que determinou o afastamento deles por 90 dias.

A decisão atinge dez dos 26 vereadores de Caruaru, presos no dia 18 de dezembro durante a operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil. Eles foram indicados com base nos crimes de concussão, corrupção passiva e organização criminosa. Os legisladores foram flagrados em gravações e interceptações telefônicas feitas com autorização da Justiça. De acordo com a política, eles chegaram a cobrar R\$ 2 milhões para aprovar o empréstimo de R\$ 250 milhões junto ao BNDES para a instalação do BRT (Bus Rapid Transport) em Caruaru, um projeto do PAC Mobilidade. Todos negam.

O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), convocou para hoje, às 19h, uma reu-

nião deliberativa para decidir a respeito do futuro do projeto que aprovou o empréstimo para a implantação do BRT. A Casa recebeu recomendação do Ministério Público de Pernambuco para suspender a votação anterior, por causa das acusações de corrupção no processo. A tendência é que a Câmara Municipal, com dez suplentes no cargo, opte por nova votação para o projeto, o que pode ocorrer ainda esta semana.

Suspeitos

Os dez vereadores suspeitos de cobrança de propina são Val (DEM), Val das Rendleiras (Pros), Jádriel Nascimento (Pros), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (PPS), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). O advogado Marçílio Cumaru, que integra a defesa dos legisladores, se mostrou otimista em relação ao retorno deles aos cargos. Ele disse esperar que a decisão da Vara da Fazenda Pública seja revista em breve ainda na primeira instância. Caso não obtenham sucesso, haverá um novo recurso ao Tribunal de Justiça.

O procurador-geral da Câmara de Caruaru, José Américo Monteiro, informou ontem que a Casa ainda não foi notificada da decisão do Tribunal de Justiça. Só com ela em mãos, ele reforça, será decidida a situação dos vereadores.

ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/D.A. PRESS



Leonardo Chaves fará reunião para decidir sobre o BRT

Assunto: Por dentro da pirâmide da Priples	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/01/2014
Editoria: CAPA	Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO

POR DENTRO DA PIRÂMIDE DA PRIPLES

valor recolhido pela Priples em 3 meses
(entre abril e junho de 2013)

R\$ 103.614.033,20



Um laudo do Instituto de Criminalística a partir de três livros com a movimentação da Priples comprova que a empresa funcionava no esquema de pirâmide financeira, modelo de negócio proibido no Brasil. Com a promessa de lucro fácil, os sócios conseguiram juntar uma fortuna de R\$ 71 milhões graças aos depósitos de mais de 200 mil pessoas que aderiram ao esquema. ECONOMIA B1

montante depositado
pelos investidores **99,9%**
a parte vinda dos
administradores **0,1%**

Assunto: A confirmação da pirâmide

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 21/01/2014

Editoria: ECONOMIA

Seção:

economia

A confirmação da pirâmide

Esquema da Priples era de fato baseado em modelo de negócio proibido no país, revela perícia do IC

WAGNER OLIVEIRA
wagneroliveira.pe@dabr.com.br

Uma perícia contábil realizada pelo Instituto de Criminalística (IC) em três livros com as anotações da movimentação da Priples comprovou que a empresa funcionava no esquema de pirâmide financeira, modelo de negócio que é considerado crime contra a economia popular e proibido por lei no Brasil desde 1957. A investigação iniciada no final do mês de maio do ano passado e conduzida pela Delegacia do Ipsep conseguiu obter na Justiça o bloqueio dos bens e das contas bancárias dos proprietários e da empresa, o que se mantém até hoje.

"Não restam mais dúvidas. Além de já termos provado o esquema, conseguimos também a prova técnica de que a Priples funcionava em esquema Ponzi (pirâmide). Segundo o laudo pericial, 99,9% do dinheiro que entrava na empresa eram provenientes do recebimento de novas adesões", afirmou o de-

legado Carlos Couto Ferraz. O laudo pericial assinado pelo perito criminal Carlos Barreto de Freitas analisou as anotações dos meses de abril, maio e junho de 2013.

No pedido de análise feito pela Polícia Civil, o delegado Carlos Couto questionou, entre outros pontos, se sem as receitas advindas do recebimento de "usuários sem compra de espaço na página para publicidade do Portal Priples" a empresa poderia oferecer aos clientes rendimentos de 60% ao mês sobre os valores investidos e se a empresa possuía outra fonte de renda. As respostas foram negativas. O resultado pericial, assim como o inquérito concluído, já estão na Justiça. "Todos os bens e contas dos sócios continuam bloqueados devido às irregularidades constatadas. No entanto, esse montante se revela insuficiente para ressarcir as mais de 200 mil pessoas envolvidas no sistema", pontuou o delegado.

É a primeira

A comprovação de que a Priples funcionava no esquema de pirâmide financeira é a primeira na esfera judicial. Os números analisados pela perícia revelam que, de um montante de R\$ 103,614 milhões, R\$ 103,533 milhões corres-



BLENDAS SOUTO MAIOR/DPI/DA PRESS - 5/713

pondiam a receitas oriundas da entrada de novos usuários. Isto é, pouco mais de R\$ 80 mil não estavam condicionados à rede de participantes. De acordo com a polícia, com a promessa de lucro fácil e rápido pela internet, os sócios da Priples conseguiram juntar uma fortuna de R\$ 71 milhões. No início de agosto de 2013, o

empresário Henrique Maciel Carmo de Lima e a esposa dele, Mirele Pacheco de Freitas, 22, chegaram a ser presos em casa, no bairro da Imbiribeira, em cumprimento aos mandados expedidos pela 9ª Vara Criminal do Recife. Eles foram soltos por força de habeas corpus. Segundo o advogado Fernando Lacerda, que atua na defesa do pro-

prietário da Priples, eles não irão comentar sobre o laudo pericial do IC, porque ainda não tiveram acesso ao documento. "Conversei com Henrique e ele ressaltou que a empresa não cobrava taxa de inscrição nem adesão aos clientes. As pessoas podiam se cadastrar sem custos, tornando-se um simples divulgador", explicou Lacerda.

Fundador da empresa acumulou fortuna de R\$ 71 milhões com promessa de lucro rápido pela internet

Assunto: TJPE elege lista tríplice do MPPE	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

TJPE elege lista tríplice do MPPE para ocupar vaga de desembargador

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) elegeu, ontem, a lista tríplice de representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para o preenchimento da vaga de desembargador, criada pela Lei Complementar Estadual nº 235, através do Quinto Constitucional. Com isso, o Segundo Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros. Dos indicados para a vaga, foram escolhidos Daisy Maria de Andrade Costa Pereira, com 33 votos, Sueli Gonçalves (25 votos) e Evandro Magalhães (25 votos). A decisão final vai ser do governador Eduardo Campos (PSB).

Assunto: Advogado paga fiança e é solto

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 21/01/2014

Editoria: CAPA DOIS

Seção:

capa dois

Advogado paga fiança e é solto

O advogado Bruno Rodrigues Quintas, 39 anos, conseguiu liberdade provisória ontem, após passar quatro noites no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. A soltura foi concedida mediante pagamento de fiança que, de acordo com a sentença da juíza Ana Cristina Mota, foi estabelecida em 30 salários mínimos (R\$ 21.720). Sua liberação foi autorizada pela Vara dos Crimes Contra a Administração Pública. Bruno foi preso na noite da última quinta-feira após confusão em um bar de Boa Viagem, Zona Sul do Recife.

Além de crime por dano qualificado a viatura policial, o advogado responde ainda por embriaguez ao volante, dirigir sem habilitação, desaca-



CARRO Na fuga, Bruno colidiu antes de ser detido pela polícia

to e resistência à prisão. Segundo a polícia, há suspeita de que ele tenha misturado remédios e bebida alcoólica.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco

irá se reunir hoje de manhã com o corregedor-geral da Secretaria de Defesa Social (SDS), Sidney Lemos, com o objetivo de entregar o pedido formal para saber quem divul-

gou imagens do advogado preso numa cela da Delegacia de Boa Viagem agressivo vestido apenas com roupas íntimas. Diretores da OAB-PE também devem instaurar processo ético-disciplinar contra o advogado por conduta não condizente com a dignidade da profissão. Bruno será notificado para prestar esclarecimentos sobre o comportamento.

Na quinta-feira, o advogado foi preso após xingar funcionários do bar Underground, quebrar o vidro de vários carros estacionados no entorno do estabelecimento, sair sem pagar a conta e tentar fugir. Ele ainda colidiu com um carro antes de ser detido.

Procurado pelo **JC**, o advogado de defesa de Bruno não quis se pronunciar sobre o caso.

Bobby Fabrisak/JC Imagem

Assunto: Advogado paga fiança e é solto	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

Caruaru: projeto do BRT na pauta

Pedro Romero
promero@jc.com.br

CARUARU – A Câmara de Vereadores decide hoje, em sessão extraordinária, sobre a anulação da aprovação do projeto que prevê a implantação de um Bus Rapid Transit (BRT) nesta cidade do Agreste. A recomendação de anular o resultado foi do Ministério Público, que investiga suposta cobrança de propina por um grupo de dez parlamentares para aprovar a proposta. Como os acusados foram afasta-

dos de suas funções, e caso não haja nova decisão judicial, caberá aos suplentes decidir sobre a questão.

Na última sexta-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu liminar favorável pela volta dos dez parlamentares que estão sendo acusados de cobrar propina. A decisão, entretanto, ainda não chegou ao presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), e os suplentes, que assumiram no dia 19 de dezembro, continuam nos cargos.

“Mesmo que a liminar do Tribunal de Justiça chegue

à Câmara, existe outra decisão, da Vara da Fazenda Pública, pelo afastamento dos vereadores que estão sendo acusados. Como essa decisão não foi cassada, os suplentes continuam nos cargos”, explicou o procurador jurídico da Câmara, Bruno Martins.

Um dos advogados dos acusados, Marçílio Cumaru, tem opinião diferente. Para ele, a decisão da Vara da Fazenda Pública, de afastar os vereadores, se baseia no inquérito, ou seja, no mesmo fato julgado pelo TJPE. “Estamos em conta-

to com o juiz responsável para que ele também possa reavaliar sua decisão”, acrescentou.

Os dez vereadores afastados foram investigados na Operação Ponto Final, desencadeada no dia 18 de dezembro. Eles são acusados de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosas. Os vereadores teriam exigido R\$ 2 milhões para aprovar o projeto do BRT. Eles chegaram a ser presos, mas conseguiram habeas corpus e respondem ao processo em liberdade.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/01/2014
Editoria: OPINIÃO JC	Seção: voz do leitor

repórter jc

Com a palavra, o leitor

Vergonha da corrupção em Caruaru

A notícia da liminar concedida aos vereadores de Caruaru nos leva a refletir. Devemos aceitar passivamente ou protestar e exigir a renúncia desses corruptos?

● **André Fábio Tenório - via ComuniQ**

Assunto: Pleno escolhe lista tríplice	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

Política

> TJPE

Pleno escolhe lista tríplice

CAROL MOURA
Especial para a Folha

Os procuradores Daisy Maria de Andrade Costa Pereira, Sueli Gonçalves e Evandro Magalhães foram os nomes eleitos, ontem, pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para compor a lista tríplice de representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para preenchimento da vaga para desembargador do TJPE. A solenidade aconteceu na sala desembargador Antônio de Alves Brito, no Palácio da Justiça.

Agora, a decisão final cabe ao governador do Estado, Eduardo Campos (PSB). Daisy

DAYSE Maria, Sueli Gonçalves e Evandro Magalhães foram os nomes eleitos

Maria de Andrade Costa Pereira teve 33 votos, Sueli Gonçalves e Evandro Magalhães, 25 votos cada. O escolhido ocupará vaga criada pela Lei Complementar Estadual nº 235, através do Quinto Constitucional.

Com a escolha do novo desembargador, o 2º Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros. Os

Jair Rodrigues/Instituto Rodrigo Moreira



DESEMBARGADORES irão compor a vaga do Quinto

40 desembargadores presentes à sessão votaram, cada um, em três nomes. Além dos escolhidos, concorreram os procuradores José Lopes, que obteve 13 votos; Norma Men-

donça, com 13 votos; e Mário Palha, com 7. Os seis procuradores integraram a lista sextupla encaminhada pelo Conselho do Ministério Público de Pernambuco.

Assunto: Advogado de Corrêa contesta juiz

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 21/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

Política



Celso Junior/Estadão Conteúdo

EX-DEPUTADO federal foi multado em mais R\$ 1,6 milhão

Advogado de Corrêa contesta juiz

MIRELLA ARAÚJO

O advogado Plínio Nunes, responsável pela defesa do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), afirmou que ainda não foi notificado oficialmente sobre o pagamento da multa de R\$ 1,6 milhão arbitrada pela 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), anunciada na última sexta-feira pelo juiz Luiz Rocha. De acordo com Nunes, essa determinação não poderia partir da 1ª Vara, já que seu cliente foi transferido para o Centro de Ressocialização do Agreste (C.R.A.) que, por estar localizado no município de Canhotinho, sua jurisdição pertence à 3ª Vara de

Execuções Penais de Caruaru.

"No momento em que ele foi transferido, a VEP perde sua competência, passando para a Vara onde o apenado está. A pena é devida, mas a questão do pagamento (o valor da multa) e os autos físicos do processo deveriam ser da competência da 3ª Vara", declarou o advogado. Plínio afirmou ainda que estuda encaminhar uma petição após analisar quais foram os critérios e a base de cálculo que estipulou da multa em R\$ 1.628.559,36. A família do ex-deputado descarta criar um site para arrecadar os recursos.

Sobre as propostas de

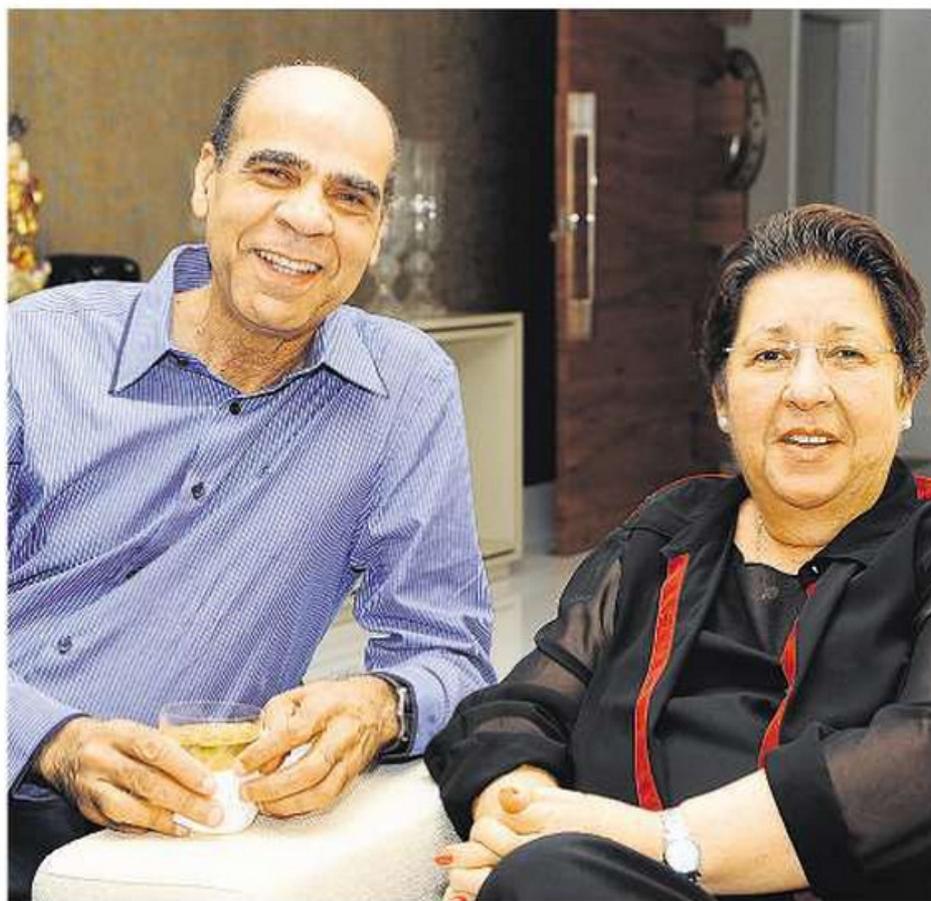
emprego para que o ex-parlamentar volte a exercer Medicina, Plínio Nunes disse que devido à indefinição da Justiça sobre a competência das Varas criou-se um "vácuo". "Não podemos pedir nenhum tipo de benefício nem para a 3ª Vara nem para a 1ª. Faz quase 15 dias que doutor Pedro foi transferido e os autos ainda não foram enviados a Caruaru", ressaltou. No entanto, ele afirma que o ex-presidente nacional do PP deve aceitar o convite para trabalhar como médico radiologista em uma empresa privada, nas proximidades da penitenciária.

O juiz Luiz Rocha, durante

coletiva de imprensa na semana passada, explicou que, mesmo Pedro Corrêa estando preso em Canhotinho, a determinação para que o processo fosse acompanhado pela 1ª Vara veio do Supremo Tribunal Federal. Inclusive, encontra-se no STF o pedido de transferência para Caruaru. "Enquanto sua excelência (ministro Joaquim Barbosa) não deferir o pedido, o processo não pode parar e tudo que houver será por mim despachado. E a execução da pena era um ato contínuo, assim como a cobrança da multa decorre da execução", declarou Rocha.

Assunto: Desembargador Gustavo Lima e Margarida Cantarelli na Serra do Machado	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/01/2014
Editoria: CADERNO C	Seção: dia a dia

dia **a dia**



VIAGEM Gustavo Lima e Margarida Cantarelli visitaram a Serra do Machado

Assunto: Advogado é liberado - Vara de Crimes Contra a Administração Pública	
Veículo: G1 PE	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



Advogado é liberado três dias após ser preso sem carteira e alcoolizado

Homem está em liberdade provisória desde a noite da segunda (20). Valor da fiança paga pelo advogado foi de 30 salários mínimos segundo TJ.

O advogado de 39 anos que foi preso em flagrante, na última quinta-feira (17), por dirigir sob o efeito do álcool e sem carteira de habilitação, está em liberdade provisória desde a noite desta segunda-feira (20). A informação é da assessoria de imprensa da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres). O valor da fiança paga pelo advogado foi de 30 salários mínimos, equivalente a R\$ 21.720, de acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). **A sentença foi expedida pela juíza Ana Cristina Mota, da Vara de Crimes contra a Administração Pública.**

O advogado foi preso após colidir com outro carro em um cruzamento em Boa Viagem, Zona Sul do [Recife](#). Ele também causou danos em um bar na Zona Sul do Recife, de onde saiu sem pagar a conta segundo a polícia. A Delegacia de Boa Viagem informou também que o homem estaria em alta velocidade quando foi seguido por um carro da Polícia Militar que fazia ronda pelo bairro.

O carro do advogado avançou o sinal vermelho e colidiu com outro veículo no cruzamento da Avenida Domingos Ferreira com a Rua Paulo Setúbal. De acordo com informações que a PM repassou para a delegacia, os policiais pediram que o advogado parasse, mas ele não acatou e continuou em alta velocidade até ser abordado novamente. Apesar de resistir à abordagem com agressividade, ele foi levado para a delegacia, onde continuou alterado.

Ele foi autuado por embriaguez ao volante, dirigir sem habilitação, dano qualificado, desacato e resistência. O advogado estava preso no Centro de Observação e Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife.

Assunto: TJPE escolhe lista tríplice para nova vaga de desembargador	
Veículo: folhape.com.br	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



TJPE escolhe lista tríplice para nova vaga de desembargador

O Tribunal de Justiça de PE formou, nesta segunda (20), a lista tríplice para escolha do novo desembargador, que ocupará a recém-criada 47ª vaga na Corte. Seguem para o governador Eduardo Campos os seguintes nomes: Dayse Andrade Costa Pereira, que obteve 33 votos; Sueli Gonçalves Almeida e Evandro Magalhães, ambos com 25 votos cada. Caberá, agora, a EC apontar o novo integrante do Palácio da Justiça.

Assunto: Convênios - Formação de gêneros no Estado	
Veículo: folhape.com.br	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



Governo assina decreto e convênios voltados para formação em gênero em Pernambuco

Evento acontece na sede provisória do Governo do Estado, no Centro de Convenções

O governador Eduardo Campos assina, nesta terça-feira (21), um decreto e dois convênios voltados para a formação de gênero no Estado. Segundo a secretaria da Mulher de Pernambuco, com a criação do Comitê de Apoio à Formação em Gênero em Pernambuco, será garantido o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero e o apoio institucional condizente com as exigências técnicas, acadêmicas e políticas.

Com relação aos convênios, o primeiro deles será com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com a Fundação Joaquim Nabuco, para a realização do I Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, com aula inaugural marcada para o dia 08 de fevereiro de 2014.

Já o segundo será firmado com o Ministério da Saúde (MS) e Universidade de Pernambuco (UPE), para a realização do Curso de Especialização de Gestão da Atenção Integral da Saúde da Mulher com Enfoque de Gênero. Estes cursos são inéditos na região. A solenidade ocorre a partir das 10h na sede Provisória do Governo, no Centro de Convenções, com a presença da Secretária da Mulher de Pernambuco, Cristina Buarque.

Além dela, estarão entre os presentes o ministro Alexandre Padilha, o Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mozart Sales, o Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Anísio Brasileiro, da Universidade de Pernambuco, Carlos Calado, a Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Maria José Sena, a Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Cláudia Sansil, o Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando Freire, o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Jovaldo Nunes, Secretários Estaduais, professores e outras autoridades.

Assunto: Advogado é liberado - Vara de Crimes Contra a Administração Pública	
Veículo: jconline.com.br	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Advogado é solto após passar quatro noites no Cotel

Bruno Rodrigues Quintas pagou fiança e conseguiu liberdade provisória

Após quatro noites no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, no Grande Recife, o advogado Bruno Rodrigues Quintas, de 39 anos, conseguiu liberdade provisória e foi solto após pagar fiança. Segundo a sentença expedida pela juíza Ana Cristina Mota, da Vara dos Crimes Contra a Administração Pública, o valor da fiança estabelecido foi de 30 salários mínimos, que atualmente equivale a R\$ 21.720,00.

O advogado foi preso na noite da última quinta-feira (16) após confusão em um bar de Boa Viagem. Ele responde por embriaguez ao volante, dirigir sem habilitação, dano qualificado a viatura, desacato e resistência à prisão.

OAB - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai solicitar à Secretaria estadual de Defesa Social investigação para averiguar quem liberou o vídeo do advogado, ainda na Delegacia de Boa Viagem, em que ele aparece de cueca e com um comportamento agressivo, dentro de uma cela. A instituição também promete notificar Bruno para que ele preste esclarecimentos sobre a sua conduta.

Assunto: Vereadores de Caruaru	
Veículo: jconline.com.br	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Após prisões, Câmara de Caruaru põe projeto do BRT de novo na pauta

Vereadores vão apreciar, novamente, matéria. Proposta do Executivo municipal pode ser derrubada, após ter sido aprovada em dezembro

CARUARU – A Câmara de Vereadores decide hoje, em sessão extraordinária, sobre a anulação da aprovação do projeto que prevê a implantação de um Bus Rapid Transit (BRT) nesta cidade do Agreste. A recomendação de anular o resultado foi do Ministério Público, que investiga suposta cobrança de propina por um grupo de dez parlamentares para aprovar a proposta. Como os acusados foram afastados de suas funções, e caso não haja nova decisão judicial, caberá aos suplentes decidir sobre a questão.

Na última sexta-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu liminar favorável pela volta dos dez parlamentares que estão sendo acusados de cobrar propina. A decisão, entretanto, ainda não chegou ao presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), e os suplentes, que assumiram no dia 19 de dezembro, continuam nos cargos.

“Mesmo que a liminar do Tribunal de Justiça chegue à Câmara, existe outra decisão, da Vara da Fazenda Pública, pelo afastamento dos vereadores que estão sendo acusados. Como essa decisão não foi cassada, os suplentes continuam nos cargos”, explicou o procurador jurídico da Câmara, Bruno Martins.

Um dos advogados dos acusados, Marcílio Cumaru, tem opinião diferente. Para ele, a decisão da Vara da Fazenda Pública, de afastar os vereadores, se baseia no inquérito, ou seja, no mesmo fato julgado pelo TJPE. “Estamos em contato com o juiz responsável para que ele também possa reavaliar sua decisão”, acrescentou.

Os dez vereadores afastados foram investigados na Operação Ponto Final, desencadeada no dia 18 de dezembro. Eles são acusados de concussão, corrupção passiva e de integrar organização criminosa. Os vereadores teriam exigido R\$ 2 milhões para aprovar o projeto do BRT. Eles chegaram a ser presos, mas conseguiram habeas corpus e respondem ao processo em liberdade.

Assunto: PROCON-PE discute proteção do consumidor na Copa	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



Procon-PE discute proteção do consumidor na Copa

O Procon de Pernambuco realiza na manhã desta terça-feira (21), uma reunião com vários órgãos e entidades para discutir a proteção do consumidor durante a Copa do Mundo que acontece neste ano. O evento, um dos encontros coordenados pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon) em todas as cidades-sede do mundial, ocorre na Secretaria Estadual de Planejamento (Seplag).

A expectativa do Procon é que 23 órgãos participem do debate que vai discutir as estruturas de hospedagem, transporte urbano e serviços de bares e restaurantes. Entre os convidados estão o **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, o Ministério Público (MPPE), e as prefeituras do Recife, Jaboatão, Ipojuca e São Lourenço da Mata.

Assunto: TJPE elege lista tríplice para nova vaga de desembargador	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 20/01/2014
Editoria:	Seção:



TJPE elege lista tríplice para nova vaga de desembargador

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) elegeu, nesta segunda-feira (20), a lista tríplice de representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para preenchimento da vaga de desembargador, criada pela Lei Complementar Estadual nº 235, através do Quinto Constitucional.

Dos seis indicados, o Judiciário estadual escolheu Daisy Maria de Andrade Costa Pereira (33 votos), Sueli Gonçalves (25 votos) e Evandro Magalhães (25 votos). Agora, a decisão final cabe ao governador do Estado, Eduardo Campos.

A sessão aconteceu na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, no Palácio da Justiça, Bairro de Santo Antônio.

Além dos escolhidos, concorreram ainda José Lopes (13), Norma Mendonça (13) e Mário Palha (7).

Os 40 desembargadores presentes votaram em três nomes cada.

Com a escolha do novo desembargador, o 2º Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros.

Assunto: Caruaru – vereadores ainda longe de recuperar mandatos	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



Caruaru: vereadores ainda longe de recuperar mandatos



Os dez vereadores afastados do cargo sob acusação de cobrança de propina para votar matérias do Executivo, em Caruaru, comemoraram cedo demais a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinando o retorno deles ao cargo. É

que o recurso impetrado pela defesa e acatado pelo desembargador Fausto Campos se refere apenas à decisão do juiz Francisco de Assis Moraes Júnior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru.

Portanto, não anula a decisão do juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública, que determinou o afastamento deles por 90 dias. A decisão atinge dez dos 26 vereadores de Caruaru, presos no dia 18 de dezembro durante a operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil. Eles foram indicados com base nos crimes de concussão, corrupção passiva e organização criminosa. (Do Diário de Pernambuco)

Assunto: Advogado de Corrêa contesta juiz	
Veículo: Blog da Folha	Data: 21/01/2014
Editoria:	Seção:



Advogado de Corrêa contesta juiz



O advogado Plínio Nunes, responsável pela defesa do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), afirmou que ainda não foi notificado oficialmente sobre o pagamento da multa de R\$ 1,6 milhão arbitrada pela 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), anunciada na última sexta-feira pelo juiz Luiz Rocha. De acordo com Nunes, essa determinação não poderia partir da 1ª Vara, já que seu cliente foi transferido para o Centro de Ressocialização do Agreste (C.R.A.) que, por estar localizado no município de Canhotinho, sua jurisdição pertence à 3ª Vara de Execuções Penais de Caruaru.

“No momento em que ele foi transferido, a VEP perde sua competência, passando para a Vara onde o apenado está. A pena é devida, mas a questão do pagamento (o valor da multa) e os autos físicos do processo deveriam ser da competência da 3ª Vara”, declarou o advogado. Plínio afirmou ainda que estuda encaminhar uma petição após analisar quais foram os critérios e a base de cálculo que estipulou da multa em R\$ 1.628.559,36. A família do ex-deputado descarta criar um site para arrecadar os recursos.

Sobre as propostas de emprego para que o ex-parlamentar volte a exercer Medicina, Plínio Nunes disse que devido à indefinição da Justiça sobre a competência das Varas criou-se um “vácuo”. “Não podemos pedir nenhum tipo de benefício nem para a 3ª Vara nem para a 1ª. Faz quase 15 dias que doutor Pedro foi transferido e os autos ainda não

foram enviados a Caruaru”, ressaltou. No entanto, ele afirma que o ex-presidente nacional do PP deve aceitar o convite para trabalhar como médico radiologista em uma empresa privada, nas proximidades da penitenciária.

O juiz Luiz Rocha, durante coletiva de imprensa na semana passada, explicou que, mesmo Pedro Corrêa estando preso em Canhotinho, a determinação para que o processo fosse acompanhado pela 1ª Vara veio do Supremo Tribunal Federal. Inclusive, encontra-se no STF o pedido de transferência para Caruaru. “Enquanto sua excelência (ministro Joaquim Barbosa) não deferir o pedido, o processo não pode parar e tudo que houver será por mim despachado. E a execução da pena era um ato contínuo, assim como a cobrança da multa decorre da execução”, declarou Rocha.

